



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17296 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT13 - Educação Fundamental

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ALGUNS DE SEUS ELEMENTOS

Ademarcia Lopes de Oliveira Costa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Jose Rosario da Costa - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ALGUNS DE SEUS ELEMENTOS PARA ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

As Representações Sociais são entendidas como o saber do senso comum, ou seja, um conhecimento partilhado que tem origem por meio das comunicações interindividuais da vida cotidiana. Trata-se de uma construção influenciada pelos símbolos, constituindo-se em um sistema de interpretação que conduz as relações das pessoas entre si e com o mundo, trazendo para perto o que estava longe, tornando familiar o que era estranho.

Nesse contexto se insere o presente estudo. Trata-se de uma pesquisa concluída, sendo apresentado neste momento apenas parte de sua produção, aquela voltada a responder a seguinte questão norteadora: como se configura em termos de conceito, mecanismos e universos de pensamento a Teoria das Representações Sociais? Para tanto, temos como objetivo apresentar uma reflexão sobre alguns elementos da Teoria das Representações sociais, quais sejam, o conceito, os mecanismos e os universos de pensamento. Esta teoria é utilizada nas mais distintas áreas, por possibilitar um mergulho no objeto. Assim, defendemos o seu uso em estudos que se voltem para a especificidade da Educação, sejam em relação a escola, os professores, os alunos, as políticas educacionais, etc.

A metodologia utilizada nesta parte do estudo se caracteriza com uma abordagem qualitativa, de natureza básica, quanto aos objetivos, descritiva, com o uso da pesquisa bibliográfica, com o auxílio de autores como Moscovici (1978, 2009, 2012), Jodelet (2001), Sá (2004), e Jovchelovitch (2007).

Além desta introdução, neste estudo consta ainda o referencial teórico abordando brevemente a teoria das Representações Sociais; os resultados advindos da pesquisa bibliográfica, no qual apresentamos o conceito, os mecanismos e os universos de pensamento da mencionada teoria; e, por fim, as considerações finais, com os destaques de nossos achados e limites.

Esta pesquisa pode contribuir para estudos que fazem uso da Teoria das Representações Sociais, sobretudo, aqueles que visam compreender os elementos que a compõem.

2 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ORIGEM E CONCEITO

A Teoria das Representações Sociais teve seu surgimento em 1961, quando Serge Moscovici apresentou sua obra seminal *La psychanalyse, son image et son public* ^[1] – título traduzido no Brasil como Representação Social da Psicanálise – destacando a difusão e a apropriação da psicanálise pela população parisiense, assim como sua transformação para servir a outros usos e funções sociais. Norteava esse estudo a questão de como se opera a transformação de um saber científico (Psicanálise) em outro tipo de saber, o do senso comum. Os resultados apontaram que a Psicanálise se presentificava na sociedade francesa para diferentes grupos – católicos, reacionários, liberais, comunistas – de uma forma bem diferente da elaborada por Freud. Moscovici (1978), concluiu que as ações e os comportamentos das pessoas em relação à Psicanálise eram movidos não pela teoria científica em si, mas pelas representações sociais que os vários grupos tinham a respeito a partir de critérios diversos como políticos, econômicos, religiosos, culturais, dentre outros. Com isso, evidenciou que o senso comum está constantemente sendo criado e recriado no âmbito social.

Ao tomar como objeto de estudo o pensamento do senso comum, Moscovici (1978) reabilita o status legítimo à produção desse tipo de conhecimento, antes tido como “confuso”, “inconsistente” e “equivocado”. A partir de então, é considerado um conhecimento diferente da ciência, mas que é adaptado e corroborado pela ação do mundo. Nesta produção, Moscovici (1978) evidenciou que as pessoas não se apropriam passivamente daquilo que a ciência divulga, mas transformam esses conteúdos, adequando-os a sua realidade social, reconstruindo-os coletivamente, fazendo uso da comunicação social e com isso, vão criando novas teorias para explicar a realidade, a medida que modificam-na. Egressa da

tradição da sociologia do conhecimento, a ideia mostrou-se uma abordagem psicossociológica deste, intencionando uma redefinição da psicologia social que, numa vertente norte-americana, detinha-se ao estudo do fenômeno social numa abordagem individualista, estudando as impressões do social através de recortes experimentais nos processos psicológicos individuais (Sá, 2004).

Na contraposição ao individualismo psicológico, Moscovici buscou referência na obra de Durkheim, que eximia a possibilidade da vertente psicológica como explicação aos fenômenos sociais. Entendendo a sociedade como uma realidade em si, Durkheim propôs o conceito de representações coletivas enquanto um fenômeno coercitivo, autônomo e exterior ao indivíduo, configurado pela demarcação de ideias, experiências e saberes de gerações que instituem aspectos unificados e estáveis no social, como a religião, os mitos, dentre outros (Sá, 2004) .

Sá (2004), explica ainda que Moscovici, por sua vez, discordando desse sentido reminescente da representação, voltou-se para os fenômenos mais cotidianos e dinâmicos, em geral, incapazes de serem unificados ou institucionalizados. Com isso, evidenciou um sentido psicossociológico próprio, afastando-se do excessivo psicologismo americano e da concepção durkheimiana da ênfase do social sobre o individual, mas, buscando uma compreensão significativa nas relações e interações que se estabelecem entre ambos. Ao tratar desse assunto, Moscovici (2009), elucida que:

[...] as representações compartilhadas, sua linguagem penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o constituem. Elas constituem, pois, a identidade do *self* [...], o mercado, as características de uma pessoa ou de um grupo. É incontestável que elas possuem um efeito socialmente criativo ou construtivo, que há não muito tempo poderia causar surpresa, mas que é normalmente aceito hoje (p. 212).

A partir desse entendimento, podemos apreender que a Teoria das Representações Sociais enfoca tanto os comportamentos individuais quanto os grupais, compreendidos historicamente em determinados tempo e lugar. Portanto, as representações sociais são conceituadas sob duas premissas: a primeira, a inexistência entre o universo exterior e o do indivíduo ou grupo; a segunda, sujeito e objeto não são inteiramente heterogêneos em seu campo comum.

Uma das maneiras de analisar esses aspectos subjetivos dos fenômenos da realidade física e social, é compreender o quê, como e por que as pessoas sentem, pensam e se relacionam com um dado objeto. Logo, o estudo das representações

sociais se refere a algo que liga sociedade ou indivíduos a sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar.

É nesse entendimento que, com a Teoria das Representações Sociais, Moscovici, propõe a elaboração das representações a partir da ancoragem e da objetivação e dos universos de pensamentos: o reificado e o consensual. É sobre isso que propomos discutir, a seguir, nos resultados deste estudo.

2.1 Mecanismos de Elaboração da Representação Social: Ancoragem e Objetivação

Na formação das representações sociais, ancoragem e objetivação atuam concomitantemente, porém de maneira diferenciada. A ancoragem insere o objeto em um sistema de pensamento preexistente, estabelecendo em torno do mesmo uma rede de significações. Além disso, através da ancoragem, confronta-se o objeto social com os sistemas de valores e seleciona-se entre os elementos deste, buscando uma identificação com o grupo social e assegurando sua incorporação, trazendo a condição de familiaridade ao que antes era desconhecido (Moscovici, 2009).

Ancorar, é pois, nomear e classificar. Moscovici (2009, p. 64) assim explica esse processo de classificação na ancoragem:

Se é verdade que nós classificamos e julgamos as pessoas e coisas comparando-os com um protótipo, então nós, inevitavelmente, estamos inclinados a perceber e a selecionar aquelas características que são mais representativas desse protótipo [...]. Desse modo, nós não podemos nunca dizer que conhecemos um indivíduo, nem que nós tentamos compreendê-lo, mas somente que nós tentamos reconhecê-lo, isto é descobrir que tipo de pessoa ele é, a que categoria pertence e assim por diante. Isso concretamente significa que ancorar implica também a prioridade do veredicto sobre o julgamento e do predicado sobre o sujeito.

Assim, através do processo de nomeação e classificação os sujeitos podem imaginar o objeto e representá-lo. De acordo com Moscovici (2012), pelo processo de ancoragem, a sociedade torna o objeto social um instrumento do qual pode dispor e esse objeto é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes. Assim, para o autor, classificar e nomear não são apenas formas de graduar e rotular pessoas ou objetos, mas fundamentalmente, serve ao propósito de formar opiniões, facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos implícitos às ações das pessoas no contexto real.

O outro mecanismo de construção da representação social, a objetivação, é responsável pela transformação de um esquema conceitual em real, na qual o excesso de significações é materializado, ou seja, torna concreto o que é abstrato, converte o conceito em imagem. É, portanto, entendido como um processo de corporificação do pensamento, cujo objetivo principal reside em “transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (Moscovici, 2009, p. 61). No entender de Jovchelovitch (2007) objetivar é condensar significados diferentes, está situada, por conseguinte, no campo das ações práticas. Duas operações são fundamentais nesse mecanismo:

Naturalizar e classificar são duas operações essenciais da objetivação. Uma torna o símbolo real, a outra dá à realidade um ar simbólico. Uma enriquece a gama de seres atribuídos à pessoa [...], a outra destaca certos desses seres de seus atributos para poder olhá-los no quadro geral conforme o sistema de referências que a sociedade institui (Moscovici, 2012, p. 103).

Ainda para o autor, essas duas operações possibilitam reproduzir a imagem de uma realidade, torná-la física, estabelecendo e organizando partes do ambiente e, por recortes, introduzindo uma ordem que se adéqua a ordem preexistente, atenuando, dessa forma, o choque que qualquer concepção nova possa causar, servindo ao propósito de orientar na decisão de quais elementos são acessíveis e necessários na compreensão da realidade que se apresenta. No entanto, esse processo não se dá de maneira simples. Moscovici (2012) alerta para uma dificuldade singular que precisa ser sanada: o fato de que na sociedade existe um estoque de palavras que são comumente usadas para dar sentido a objetos específicos que estão em circulação e os indivíduos estão em constante pressão para prover tais palavras de sentidos concretos, criando uma coleção de imagens equivalentes. A dificuldade reside na impossibilidade de que todas as palavras, deste estoque, possam ser ligadas a imagens. Isto é causado por dois motivos. Primeiro, porque não existem imagens suficientes facilmente acessíveis; segundo, porque algumas imagens que são lembradas são tabus. Para solucionar esse problema, Moscovici (2009) explica que a própria sociedade se encarrega de selecionar quais serão os conceitos aos quais ela outorgará poderes figurativos, sendo que esta escolha estará diretamente ligada às suas crenças e ao estoque preexistente de imagens. Uma vez que o núcleo figurativo sobre determinado fenômeno é aceito, a sociedade acha fácil falar sobre tudo o que esteja a ele relacionado, surgem então fórmulas e clichês que sintetizam tal núcleo e imagens, que antes não lhes correspondia, aglomeram-se ao seu redor. “Não somente se fala dele, mas ele passa a ser usado em várias situações sociais, como um meio de compreender os outros e a si mesmo, de escolher e decidir” (op. cit. p. 73).

Nesta conjectura, reside o básico proposto pela Teoria das Representações Sociais: tornar familiar algo não-familiar, o insólito em habitual. Segundo Jodelet (2001), objetivação e ancoragem explicam a interdependência entre atividade cognitiva e suas condições sociais reais de exercício. Para Jovchelovitch (2007) os dois mecanismos são as formas específicas em que as representações sociais situam mediações, trazendo para um nível físico, palpável a produção simbólica de um grupo, dando conta da concreticidade na vida social.

2.2 Universos de Pensamento da Sociedade: Reificado e Consensual

A dinâmica de construção de apropriação do novo ao sistema de conhecimento dos indivíduos pode, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, ser observada nas relações entre os dois universos de pensamento da sociedade: o universo reificado e o universo consensual. O conhecimento científico pertence ao universo reificado e o conhecimento do senso comum pertence ao universo consensual. Enquanto o primeiro busca estabelecer explicações do mundo imparciais e independente das pessoas, se apoia naquilo que considera fatos puros e procede sistematicamente das premissas para a conclusão; o segundo prospera através da negociação e da aceitação mútua, não é tão sistemático e apoia-se na memória coletiva e no consenso. Vale destacar que embora ambos os modos de pensar estejam baseados na razão, o pensamento do senso comum se diferencia por ser “razoável, racional e sensível” (Moscovici, 2009, p. 323). O autor explica essas duas classes distintas de universos de pensamento da seguinte maneira:

[...] no universo consensual, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo como um ser humano. [...]. No universo reificado, a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade (Moscovici, 2009, p. 49-50).

Podemos então entender que no universo consensual a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres visto que esse universo é atravessado por elementos do dia-a-dia, os quais as pessoas utilizam em suas interações. Segundo Moscovici (2009), nesse universo, cada indivíduo tem possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício, sendo que nenhum membro possui competência exclusiva, mas pode adquirir desde que as circunstâncias solicitem. Nesse contexto, é possível agir como amador, observador, curioso e expressar suas opiniões, revelar seus pontos de vistas, criando nós de

estabilidade e recorrência, instituindo uma base de significância entre seus membros. As regras dessa convivência harmoniosa mantêm todo um complexo de ambiguidades e convenções, que favorecem a efetivação da vida social, capacitando as pessoas a compartilharem o estoque de imagens e de ideias consideradas adequadas e aceitas mutuamente.

O universo reificado caracteriza-se pelo distanciamento com o cotidiano, a sociedade é vista como um sistema que assume distintos papéis e classes, cujos membros são desiguais e o grau de participação é determinado pela competência adquirida. Para Moscovici (2009), nesta forma de conhecimento, existe um comportamento adequado para cada situação, um modo próprio de falar para cada circunstância, a informação adequada a cada contexto determinado. Os indivíduos estão atrelados ao que determina a organização e à correspondência de um tipo de acordo geral e não a uma compreensão recíproca ou uma sequência de prescrições, de combinações. Neste universo, “a história, a natureza, todas as coisas que são responsáveis pelo sistema, são igualmente responsáveis pela hierarquia de papéis e classes, para sua solidariedade” (op. cit. p. 52).

Diante de tais considerações Moscovici (2009) nos esclarece que os limites entre esses dois universos dividem a realidade coletiva e a realidade física em duas, sendo que a finalidade do reificado é encorajar precisão intelectual e evidência empírica, estabelecendo um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossas vontades e aos quais devemos reagir de modo imparcial e submisso. As representações, por outro lado, presentes no universo consensual, restauram a consciência coletiva, explicam os objetos e acontecimentos, tornando-os acessíveis a todos os indivíduos e coincidindo com seus interesses imediatos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar nesta construção teórica, que as representações sociais desempenham um papel na formação das comunicações e ações, contribuindo para definir um grupo social em suas particularidades.

Assim, consideramos que em uma pesquisa que se tem como embasamento teórico metodológico a Teoria das Representações Sociais, é preciso ultrapassar o nível da constatação sobre o que se passa “na mente” dos indivíduos, para procurar entender como e porque essas representações, atribuições, atitudes e expectativas são construídas e mantidas, recorrendo aos sistemas de significação socialmente enraizados e partilhados que as orientam e justificam. A intenção propalada de propiciar mudanças através da educação exige que se compreendam os processos simbólicos que ocorrem na interação educativa, e esta interação não

ocorre em um vazio social, sendo necessário adotarmos “um olhar psicossocial”.

Para tanto, devemos considerar em nossas pesquisas, tanto o sujeito social com o mundo interior, quanto o sujeito individual com o mundo social. Desse modo, o desvelamento de como a formação continuada influencia nas representações sociais de educação inclusiva e de aluno com deficiência, nos parece ser um caminho promissor para atingir tais propósitos, uma vez que as representações sociais se constituem elementos essenciais para interpretar os acontecimentos da vida cotidiana e, por seu papel na orientação de condutas, tornam-se necessárias à análise dos mecanismos que interferem na escola e especialmente na sala de aula com aluno com deficiência.

REFERÊNCIAS

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p.17- 44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação social da Psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, Sua Imagem e Seu Público**. Tradução: Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Palavras-chave: Educação. Conceito. Mecanismos. Representações sociais.

[1]

Esta obra é resultado da tese de doutorado de Moscovici e foi publicada em 1961 no livro *La Psychanalyse, son image et son public: étude sur la représentation sociale de La psychanalyse*. Paris, PUF, 1961, 1.ed., 649 p. Este livro é composto de duas partes. A primeira apresenta os resultados da pesquisa de opinião e análise teórica e foi traduzida para o português pela primeira vez em 1978 com o título: *A representação social da psicanálise*. Zahar Editores, RJ, 1978. A segunda parte corresponde a análise de conteúdo do material da imprensa e é intitulada: *La psychanalyse dans la press française: analyse du contenu et des processus de communication*. Esta parte não foi traduzida para o português na primeira versão. Apenas em 2012 a obra completa foi publicada em português com o título: *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, Vozes, 2012.
